

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 666 - Brasília, segunda-feira, 6 de abril de 1998



Congresso reinicia amanhã exame de medidas provisórias

O Congresso Nacional retoma amanhã, às 18h, a votação das medidas provisórias que tratam da administração pública. Encontram-se em pauta 11 MPs, cuja aprovação é considerada necessária, pelas lideranças governistas, para a promulgação da emenda constitucional da reforma administrativa. Na semana passada, foram aprovadas sete medidas provisórias, entre elas a que isentou os servidores inativos de contribuição previdenciária. Entre as MPs que serão colocadas em votação a

partir de amanhã, estão as que determinam a extinção de 28.451 cargos na administração pública federal e autorizam o funcionamento de organizações sociais. Entidades sem fins lucrativos, elas poderão ser criadas para administrar órgãos, empresas, institutos ou fundações do governo que venham a ser extintas nas áreas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, ensino, proteção do meio ambiente, cultura e saúde. **Página 3**

Senado vota projeto que cria sistema integrado de defesa civil

Proposta, apresentada pela comissão de senadores que estudou o fenômeno El Niño, prevê a articulação dos órgãos de defesa civil existentes para elaborar planos de prevenção e reduzir os efeitos desastrosos das catástrofes naturais

Jefferson alerta para revanchismo político

O senador Jefferson Péres alertou para o "clima de revanchismo de esquerda" que teme estar se instalando no país, com denúncias de grupos como Tortura Nunca Mais. **Página 6**



Cabral considera idéia progressista e ambientalista

Cabral: madeira submersa deve ser aproveitada

O senador Bernardo Cabral defendeu o início imediato da exploração de madeira submersa em reservatórios de hidrelétricas na Amazônia. Ele acredita que a atividade poderá ajudar a gerar empregos e a evitar corrosão das turbinas das usinas. **Página 5**

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei que fornece aos estados e municípios instrumentos para planejar ações de defesa civil e diminuir os efeitos de catástrofes naturais. Proposto pela comissão temporária de senadores que estudou o fenômeno *El Niño*, o projeto cria o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), que será integrado pelas entidades de defesa civil estaduais e municipais.

A matéria teve parecer favorável, embora com emendas, do relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Romeu Tuma. Uma das emendas propostas por Tuma permite a prefeitos e governadores decretarem situação de emergência e estado de calamidade pública sem necessidade de homologação do governo federal ou estadual. **Página 4**

CAE examina indenização a aeronautas

PÁGINA 4



Jefferson: anistia não é unilateral

TCU poderá bloquear bens de servidor

O Tribunal de Contas da União vai ganhar poder para decretar, mediante decisão do plenário, a indisponibilidade de bens do responsável por bens, dinheiro ou valores públicos que estiverem sendo objeto de processo para ressarcimento ao Erário, caso seja aprova-

do projeto de lei apresentado pelo senador Odacir Soares (PTB-RO). A medida deverá incidir apenas sobre bens cujo valor assegure a liquidação do débito e terá duração máxima de um ano.

Odacir, em sua justificativa, afirma que se trata de medida

cautelara a ser adotada no início ou transcurso de procedimentos administrativos de apuração de responsabilidade, quando o débito ainda não está precisamente quantificado, garantindo, assim, a cobertura dos valores devidos, no caso de o TCU detectar indícios de

inviabilização do ressarcimento dos danos.

O senador adverte para o fato de que a indisponibilidade não priva o proprietário de seus bens, mas apenas impede, provisoriamente, a sua alienação ou oneração. Esse dispositivo cautelar já se aplica aos administradores de financeiras ou administradores e membros de conselhos deliberativos, consultivos e fiscais das entidades de previdência privada em intervenção, em liquidação extrajudicial ou em falência.

Não estão sujeitos à indisponibilidade os bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis, assim como aqueles que sejam objeto de contrato de alienação, de promessa de compra e venda, de

cessão e ou promessa de cessão de direitos, desde que os respectivos registros públicos tenham sido feitos até seis meses antes da decretação do Tribunal e não se comprovem fraude ou simulação visando frustrar o ressarcimento dos danos em apuração.

- A impunidade, notadamente no campo da corrupção, é um mal enraizado em nossa sociedade que precisa, por todos os meios, ser erradicado. É necessário assegurar garantias de ressarcimento dos danos causados ao Erário por atos de gestão ilegal, ilegítima ou antieconômica e melhor estruturar institucionalmente o TCU como órgão fundamental para combater a corrupção - argumenta Odacir.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão da "PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia"; "PLC nº 44/97, que dispõe sobre a inclusão das liquidações do Banco de Roraima S.A. - Banroraima e da Companhia Usinas Nacionais - CUN, no rito processual da Lei nº 8.029/90"; "PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE"; "PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França"; "PDL nº 143/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália"; "PDL nº 145/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a Espanha"; "PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado"; "PDL nº 3/98, que aprova o texto da Emenda aos arts. 6 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - Intelsat, aprovada pelo XXV Encontro dos Signatários"; "PDL nº 7/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais entre os Governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai"; "PLS nº 220/97, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil"; "Requerimento nº 177/98, o senador Leonel Paiva solicita tramitação conjunta da PEC nº 43/97, com a nº 63/95, por versarem sobre a extinção de tribunais e juízos especializados em matéria trabalhista; e "Requerimento nº 182/98, o senador Lúcio Alcântara solicita tramitação conjunta do PLC nº 77/97, com o PLS nº 232/97, por versarem sobre o trabalho educativo de adolescentes.

Previsão para os próximos dias

PLENÁRIO

Terça-feira (7.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Será dedicado a comemorar os 50 anos da Organização dos Estados Americanos - OEA.

Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Leonel Paiva, Benedita da Silva, Mauro Miranda.
Pauta: Segundo dia de discussão da "PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; redação final da emenda do Senado ao "PLC nº 95/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições

privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representantes do corpo discente"; "PDL nº 8/98, que aprova o texto das emendas aos artigos I, II, VIII, IX e XVI do Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat); e "PDL nº 9/98, que aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - Inmarsat e ao art. 13 da Convenção da Inmarsat.

18h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas medidas provisórias.

COMISSÕES

Terça-feira (7.04.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão"; "Mensagem nº 47/98, solicitação de elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, a fim de contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 271.017.228,95, junto ao Eximbank, destinada ao financiamento da importação de bens e serviços, no âmbito do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia"; "Mensagem nº 96/98, solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem mil reais, junto ao Paribas, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I, a serem assumidos pela União, em decorrência da lei nº 9.143/95; "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em Projetos de Colonização Oficial; e "PLC nº 122/93, que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: "PLC nº 5/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Temporária da Amazônia

Pauta: Exposição da presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa), Flora Valadares, sobre aplicação do FNO na região Norte. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Projeto acrescenta item ao Código Civil

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei que acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil para permitir que, na execução fundada em título judicial, os embargos possam tratar de declaração de inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença, desde que adotada pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta.

José Ignácio defendeu seu projeto, afirmando que "a natureza jurídica dos embargos indica que eles ocorrem de forma incidental, estabelecendo uma relação de causalidade entre a solução do incidente e o êxito da execução". E acrescentou: "Fato novo que modifique o direito pode, portanto, ser suscitado nos embargos, a fim de que a execução seja revista."



Ignácio: juristas aprovaram

O senador informou que a proposição foi submetida à comissão de juristas que estuda a reforma do Código de Processo Civil, tendo sido aprovada "conforme manifestação de dois juristas, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e a desembargadora do DF Fátima Nancy Andrihgi".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flávio Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes do Secretário: Emilia Fernandes
Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editor-Chefe - Djalba Lima
Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gu-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araujo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Senadores e deputados voltarão a se reunir amanhã para continuar o processo iniciado na semana passada

Das 18 MPs relacionadas com a reforma administrativa, sete já foram aprovadas e 11 serão apreciadas a partir de amanhã

Congresso retoma votação de medidas provisórias

O Congresso Nacional voltará a se reunir amanhã, às 18h, para continuar a votação das medidas provisórias que tratam da administração pública. Devem ser votadas ainda 11 MPs, do total de 18 selecionadas pelas lideranças - outras sete foram aprovadas na semana passada.

As lideranças políticas que apoiam o governo consideram necessárias tais votações para que as mesas do Senado e da Câmara promulguem a reforma administrativa, já aprovada pelas duas Casas.

Entre as MPs que serão apreciadas está a de número 1.606-18, que extinguiu 28.451 cargos no serviço público federal e inicia o processo de extinção de outros 72.930 cargos. Conforme o Ministério da Administração, as atividades a serem extintas tornar-se-ão desnecessárias ou passíveis de terceirização. Duas outras medidas provisórias criam gratificações de desempenho para advogados da União e agrônomos, zootecnistas, químicos e farmacêuticos do Ministério da Agricultura. São também beneficiados com a gratificação os ocupantes de cargos na área de defesa aérea e controle de tráfego aéreo.

A MP 1.648-6, também selecionada para votação nesta semana, autoriza o funciona-

mento de uma nova pessoa jurídica de direito privado no Brasil - a "organização social". Essas entidades poderão ser criadas, sem fins lucrativos, para administrar órgãos, empresas, institutos ou fundações do governo federal que forem extintas nas áreas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, ensino, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

As "organizações sociais"

terão direito a verbas do orçamento, mas ficarão obrigadas a cumprir metas de gestão fixadas pelos ministérios e pela Presidência da República. As duas primeiras "organizações" vão administrar a Fundação Roquette Pinto (ligada à Comunicação Social do Palácio do Planalto) e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Estados e municípios poderão parcelar débitos com o INSS

Consta ainda da pauta a MP 1608-12 que autoriza os estados e municípios que tinham dívidas com o INSS até março de 97 a pagá-las em até 96 meses, podendo comprometer nessa amortização 4% do Fundo de Participação dos Estados e 9% do Fundo de Participação dos Municípios. Mais de 4 mil municípios devem ao INSS cerca de R\$ 4,7 bilhões.

Faz também parte da votação uma MP assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no primeiro dia de administração, extinguindo e criando ministérios e órgãos do governo. O ato já

foi reeditado 41 vezes e, nesse período, sofreu muitas modificações, uma das últimas para detalhar o funcionamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Outra MP, a ser relatada pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), cria o plano de carreira dos servidores do Banco Central, que agora são considerados funcionários públicos. Estará ainda em votação a medida provisória que institui o Programa de Bolsas de Incentivo à Docência nas universidades federais.

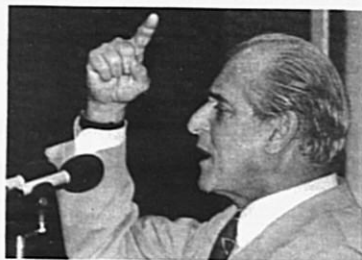
Tebet comemora entendimento entre os partidos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comemorou sexta-feira, em discurso no plenário, o entendimento suprapartidário que possibilitou a aprovação da medida provisória tratando da contribuição previdenciária dos servidores públicos, que "se arrastava" pelo Congresso há vários meses. "Conseguimos isentar os inativos da contribuição e o compromisso do governo de não discutir mais a questão", garantiu.

Para Tebet, que foi relator da MP 1.646, reeditada 47 vezes pelo governo, a disposição dos partidos de debater o assunto, inclusive os da oposição, possibilitou fechar o entendimento definitivo de que os aposentados não podem ser onerados em seus parcos vencimentos

com uma contribuição previdenciária de 11%. "O acordo inclui aqueles que não estavam pagando a contribuição, em função de liminar da Justiça", explicou.

O Congresso teve quinta-feira um dia feliz, quando provou, mais uma vez, ser a casa do entendimento. A sociedade viu que pode contar com os parlamentares para defender seus interesses, como esse dispositivo de grande alcance social que é a isenção dos aposentados, com vigência desde 31 de março último - disse Tebet. Ele acrescentou que "valeu a pena o empenho de todos em debater a questão até que se pudesse chegar ao consenso".



Para Tebet, o diálogo entre os partidos foi um momento feliz

CULTURA AO MEIO-DIA

1998

O CEGO QUE GRITAVA LUZ
de JOÃO BATISTA DE ANDRADE

TONICO PEREIRA
ROBERTO BONTEMP
CARLENE MCRETECHIN
MURILLO GROSSI
LUCIANO PORTO

Senado Federal
AUDITÓRIO PETRÓLIO PORTELLA
QUARTA - 8 de abril - 12h

Realização:
RELACIONES PÚBLICAS

Apoio:
RIOFILME

ENTRADA FRANCA

Coordenação de Projetos Especiais - CEM

Plenário discute hoje proposta de integrar as ações visando prevenir ou combater os efeitos de desastres e calamidades. Entidade também poderá sugerir ao governo obras e ações para evitar catástrofes

Senado vota criação do Sistema de Defesa Civil

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), a ser integrado pelas entidades de defesa civil dos estados e municípios, com a finalidade de atuar na prevenção e redução dos efeitos de desastres, sejam eles naturais ou provocados pelo homem.

A proposta foi apresentada pela comissão temporária do Senado que estudou o fenômeno *El Niño* e sugeriu medidas para reduzir os impactos da mudança climática.

O Sistema Nacional de Defesa Civil, conforme a proposta, tem o papel de recomendar obras e outras ações aos governos com o objetivo de evitar catástrofes.

Por esse projeto, a União, estados, Distrito Federal e municípios alocarão, no Pla-



Tuma fez emendas ao projeto

no Plurianual e nas leis orçamentárias, recursos destinados à realização de tais obras e ações integrantes da política de Defesa Civil. A matéria recebeu parecer favorável, mas com emendas, do relator na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Para aperfeiçoar o texto, a primeira emenda de Tuma



Waldeck: processos de extinção

sugere a mobilização da comunidade em ações preventivas e quando ocorrerem situações emergenciais. Outra emenda prevê a possibilidade de o próprio governador, ou prefeito, decretar estado de calamidade pública e situação de emergência, sem precisar da homologação do governo federal ou estadual.

O senador propôs também emenda excluindo o prazo de três anos para que a União, Estados e municípios elaborem seus planos de defesa civil. Ele alegou que três anos é um prazo muito longo e que esses planos devem ser elaborados logo.

LIQUIDAÇÃO

Os senadores votarão também hoje projeto originário da Presidência da República que inclui o Banco de Roraima (Banroraima) e a Companhia Usinas Nacionais (CUN) no rito processual da Lei 8.029/90, que trata da extinção e dissolução de entidades da administração federal.

Com parecer favorável do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), o projeto é considerado pelo governo como passo necessário para concluir os processos de liquidação dessas instituições.

Comissões se reúnem amanhã de manhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprecia amanhã, a partir das 10h, projeto de lei de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), que determina o pagamento de indenizações a aeronautas e aeroviários, civis e militares, que ficaram impedidos, por atos institucionais ou complementares, de exercer sua profissão. Outra matéria agendada para a mesma reunião da CAE trata de uma solicitação para elevação do limite de endividamento da Petrobrás, que está pleiteando um empréstimo no valor de US\$ 271.017.228,95 junto ao Eximbank. O dinheiro destina-se ao financiamento da importação de bens e serviços para o gasoduto Brasil-Bolívia. No mesmo dia, às 10h, estará reunida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Será analisado o projeto de lei da Câmara que reduz os valores da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). A Comissão Temporária da Amazônia é outra que se reúne amanhã, às 10h, para ouvir exposição da presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares, sobre a aplicação do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

DIREITO À MORADIA E ACORDOS NA PAUTA

Os senadores discutem hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que inclui o direito à moradia entre os direitos sociais consagrados na Constituição.

Com parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), consta também da pauta de votações o acordo relativo ao ingresso do Brasil, como membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Vários outros acordos externos figuram na pauta de votação. Com parecer favorável de Romeu Tuma (PMDB-SP) e voto em separado de Benedita da Silva (PT-RJ), deverá ser votado o Acordo de Parceria e Cooperação em matéria de Segurança Pública, celebrado entre o governo brasileiro e a re-

pública francesa. Também com parecer de Tuma, aguarda votação o Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o governo brasileiro e a república italiana.

Com parecer favorável de José Agripino (PFL-RN), deverá ser aprovado o Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o governo brasileiro e o Reino da Espanha. Relatados por Bernardo Cabral (PMDB-AM), deverão ser votados os textos do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, assim como emenda ao Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat). O plenário deliberará ainda a respeito do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais, celebrado entre os governos da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil.



Mauro é autor da emenda que faz da moradia um direito constitucional



Maldaner: parecer favorável ao ingresso do Brasil no Comitê do Aço



Agripino propõe aprovar Acordo de Cooperação na Área de Turismo

O aproveitamento de toras submersas, segundo o senador, poderia aquecer a economia, diminuir o desemprego e ainda evitar a corrosão de turbinas de hidrelétricas da Amazônia

Bernardo Cabral defende imediata exploração de madeira submersa

A imediata implementação do projeto de exploração de madeira submersa na Amazônia foi defendida na sexta-feira pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele afirmou que os lagos das usinas hidrelétricas de Balbina e Pitinga, no Amazonas; Tucuruí, no Pará; Uatumã, em Roraima; e Samuel, em Rondônia, acomodam quantidades incalculáveis de madeiras nobres.

Para Cabral, a exploração de madeira submersa terá grande impacto na redução do desemprego na região. O senador citou o biólogo e professor Philip Fearnside, para quem a única alternativa para acelerar o desenvolvimento da região é o aproveitamento racional dos recursos submersos.

A proposta, para o senador, é progressista e ambientalista. No primeiro caso, por transformar os abundantes recursos em produto econômico com alto valor de troca; e, no segundo, por empregar a racionalidade extrativista sem ferir a preservação da floresta.

Bernardo Cabral destacou o caso da construção da hidrelé-

trica de Balbina, onde a Eletronor considerou lixo florestal aproximadamente 6,8 milhões de metros cúbicos de madeira nobre, no lago que ocupa 2,36 mil quilômetros quadrados. Estima-se que a quantidade de matéria orgânica seca por hectare atinja a 600 toneladas em Balbina e a 300 toneladas em Tucuruí, cujo lago tem tamanho semelhante.

Em Tucuruí, ressaltou o senador, já há o aproveitamento de toras submersas, mediante o trabalho de mergulhadores equipados com motosserras especiais. Mesmo com uma utilização muito aquém do desejável, o exemplo de Tucuruí ainda constitui caso excepcional como forma inteligente e lucrativa de exploração de produtos na Amazônia, opinou Cabral.

A concentração de madeiras no fundo dos lagos provoca ainda uma progressiva acidez das águas e a conseqüente corrosão das turbinas das barragens, além da redução de peixes. O senador acrescentou que a decom-

posição da floresta, que gera má-cia liberação de carbono para a atmosfera, aumenta ainda mais o efeito estufa.

Por fim, concluiu Cabral, o aproveitamento dos recursos submersos servirá ainda como



Cabral condena asiáticos

medida de intimidação junto às madeiras asiáticas. O senador afirmou que estas empresas já adquiriram, em curtíssimo tempo, 8,6 milhões de acres na Amazônia brasileira, o correspondente a mais de 2% da floresta explorada.

O senador citou duas entida-

des internacionais não governamentais, a World Wildlife Fund (WWF) e o Greenpeace, segundo as quais as madeiras malaias "cultuam a desleal prática de se instalarem clandestinamente nas poucas florestas tropicais ainda sobreviventes".

- Elas não hesitam em propor manejo criminosamente hostil à continuidade da reprodução de diversas árvores em extinção, como é o caso do mogno no Brasil. Para as madeiras asiáticas, não há moralidade ecológica que as convença da necessidade imediata de uma exploração inteligente e não suicida dos recursos das florestas - acusou Cabral.

Em aparte ao colega amazonense, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) qualificou a não utilização dos recursos naturais submersos como "um atentado que se comete até contra a soberania do Brasil". O senador Leonel Paiva (PFL-DF) reconheceu o prestígio das entidades ambientais citadas, mas ressaltou que há outras que causam desconfiança.



Benedita: reação atrasada

Benedita pede ao governo para monitorar Amazônia

A regulamentação da lei ambiental e a criação de um órgão que realize o monitoramento constante da região amazônica foram propostas pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao manifestar sua preocupação com a catástrofe ecológica provocada pelo incêndio em Roraima.

Ela classificou a queima de milhões de hectares de campos e florestas naquele estado como um desastre ambiental "sem precedentes em todo mundo". Além disso, conforme acentuou, o incêndio em Roraima mostrou que a floresta tropical úmida, que se acreditava ser imune a esse tipo de ocorrência, também está sob a ameaça das chamas, uma vez que o fogo chegou à floresta amazônica da Venezuela e da Guiana.

Concordando com o ponto de vista de leitores que, através de cartas enviadas ao jornal *Folha de S. Paulo*, cobraram do presidente Fernando Henrique Cardoso uma satisfação à nação, Benedita da Silva questionou: "Por que demorou tanto para tomar providências contra o incêndio que aniquila Roraima? E o Exército brasileiro, onde estava esse tempo todo? E o ministro do Meio Ambiente? O que fazia enquanto Roraima ardia em chamas?"

Benedita também agradeceu ao governo da Alemanha, a doação de US\$ 100 mil em alimentos e remédios, que serão distribuídos em onze áreas indígenas.

Aberta exposição sobre 50 anos de Israel

"Os 50 anos da independência de Israel não acontecem por acaso, acontecem para celebrar esta palavra: *shalom*" (paz), disse o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), na abertura da exposição *Israel, ano 50 - do sonho à realidade*, montada no Salão Negro do Congresso, em comemoração ao cinquentenário da independência daquele país.

Bernardo Cabral - que preside o Grupo Parlamentar Brasil-Israel - e o embaixador Yaacov Keinan desceram a fita com as cores das bandeiras do Brasil e de Israel para oficializar a abertura da exposição, que contou com aproximadamente 150 pessoas entre



Os senadores Bernardo Cabral e Abdias Nascimento receberam o embaixador Yaacov Keinan

parlamentares e convidados. Durante a solenidade, houve uma apresentação do Quarteto de Brasília.

Em seu pronunciamento, o senador disse lembrar-se de uma história ouvida em sua juventude: quando Paganini pediu emprestado um violino para

um concerto e, ao final, tentou devolvê-lo, o proprietário - extasiado com a música que ouvira - retrucou que o instrumento agora pertencia ao violinista, pois ninguém mais deveria possuí-lo depois que mãos tão valiosas o haviam tocado.

Cabral salientou ser essa história uma coincidência com o que havia acabado de apresentar: um recital surpreendente e as palavras do embaixador Keinan sobre a diáspora do povo judeu. "Depois disso, não seria necessária mais nenhuma palavra", assinalou.

Senador diz que grupos como Tortura Nunca Mais e o projeto Brasil Nunca Mais, da arquidiocese de São Paulo, estão esquecendo que a anistia aprovada pelo Congresso não é um ato unilateral

Jefferson prega o fim do revanchismo

"É preciso dar um basta no clima de revanchismo de esquerda que ameaça se instalar no Brasil. Grupos como Tortura Nunca Mais e o projeto Brasil Nunca Mais, da arquidiocese de São Paulo, estão esquecendo que a anistia não é um ato unilateral, é geral - cobre os dois lados. Esse foi o espírito da lei aprovada no Congresso", ressaltou em pronunciamento na sexta-feira o senador Jefferson Péres (PSDB-AM).



Jefferson lamenta o ódio político

Afirmado estar muito à vontade para tratar do assunto, por ter sido perseguido pelo regime militar, Jefferson apontou a tolerância como a maior das virtudes - na sua opinião, justamente aquela que anda esquecida pelas esquerdas brasileiras. "Fui considerado suspeito pela ditadura, respondi a inquéritos policiais militares, quase fui preso e demitido, mas acredito que superar as animosidades de parte a parte representa o único caminho para a reconstrução democrática.", frisou.

O senador citou o editorial do *Jornal do Brasil* de sexta-feira, intitulado "Patrulha Nunca Mais", como exemplo perfeito de crítica à atual es-

tratégia dos grupos de esquerda que estão questionando as decisões do presidente Fernando Henrique Cardoso na área militar. "Depois de tanta celeuma contra o general Ricardo Fayad - que negou as acusações e pediu licença do cargo enquanto a Justiça examina o caso -, agora o grupo Tortura Nunca Mais se insurge contra três generais recém-nomeados", diz o jornal.

"Repúdio atos de ódio e revanchismo político de grupos como o Tortura Nunca Mais porque, quando o Congresso votou a anistia, virou a página autoritária no pressuposto de que não se voltaria mais atrás senão como referência histórica", destacou Jefferson.

Freire estranha interdição de centro de pesquisa

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu à Marinha explicações sobre a interdição do Centro Brasileiro de Testes de Turbinas Eólicas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Olinda, núcleo de pesquisa avançada na geração de energia pelo vento. A disputa pelo terreno, entre a Marinha e a UFPE, está resultando em deterioração dos equipamentos e perda dos pesquisadores estrangeiros, o que já significa um prejuízo da ordem de US\$ 1 milhão em recursos públicos, informou o senador.

"A Marinha não usa argumento técnico capaz de impedir a instalação do centro, esgrimindo apenas frágeis e inconsistentes questões jurídicas sobre o contrato de ces-



Freire cobra explicações

são do terreno ao governo de Pernambuco", afirmou, lamentando que todo o diálogo entre as partes tenha sido "substituído por autoritarismo e arbitrariedades".

Freire declarou que "o que se assiste é a um cerco militar, com a proibição do acesso ao local a técnicos e pesquisadores e, portanto, a paralisia do centro". Considerou serem inegáveis a qualidade e a seriedade do projeto, apresentando como comprovação disso o apoio que a instituição tem recebido do governo federal, a exemplo dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, Finep e CNPq, além

dos convênios com o governo estadual. Argumentou, também, que as obras do centro não interferem na visibilidade do sítio histórico de Olinda, segundo já atestou a Secretaria do Patrimônio Histórico.

Roberto Freire disse temer, entretanto, que se confirme a versão publicada pela imprensa, segundo a qual o comando da Marinha na região pretende construir uma vila militar no local em que funciona o centro. Para ele, o empreendimento seria ilegal porque a área é declarada **non aedificandi** pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- Dizer que energia é uma das áreas estratégicas para o desenvolvimento de qualquer país, ainda que seja o óbvio, parece não ser tão óbvio assim aos olhos do governo. O que vem acontecendo no centro é uma espécie de perseguição impensada, inacreditavelmente empreendida pela Marinha a um centro de excelência que tem profissionais competentes e apoio de diversos órgãos nacionais e internacionais - garantiu Freire.

PERFIL

Waldeck Ornelas

Desigualdades regionais têm sido a maior preocupação

Identificar problemas e propor soluções viáveis têm sido tarefas constantes na vida pública do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), que foi companheiro de chapa do atual presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, nas eleições de 1994.

Como senador, Waldeck Ornelas percebeu distorções na execução de programas sociais do governo, que, segundo o parlamentar, têm beneficiado as regiões mais ricas, reforçando as desigualdades regionais. Para reduzir o desequilíbrio, apresentou seis

projetos de lei que redistribuem recursos do salário-educação, do Crédito Educativo, do FGTS (para saneamento), do SUS e de capacitação científica, com o objetivo de priorizar as regiões mais necessitadas.

A atuação expressiva do senador, que apresentou um total de 24 propostas legislativas, o credenciou para assumir o Ministério da Previdência Social, cargo para o qual foi indicado pelo presidente da República. Waldeck foi também um dos negociadores, junto ao Ministério da Fazenda e do Itamaraty, do acordo que viabilizou incen-



Waldeck: atuação expressiva

tivos diferenciados para a indústria automotiva no Norte e no Nordeste.

Relator das comissões especiais do São Francisco, do Nordeste e do *El Niño*, mais uma vez o senador identificou problemas específicos e apresentou soluções como as propostas de instituir um comitê de gestão da bacia hidrográfica do São Francisco e de criar uma nova lei de Política Nacional de Irrigação e Drenagem.

Antes de se eleger senador, Waldeck exerceu dois mandatos de deputado federal e, na área administrativa, comandou a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia de 1982 a 1985 e de 1991 a 1994, destacan-

do-se como empreendedor. No último período, que corresponde ao governo Antonio Carlos Magalhães, o senador participou diretamente da reorganização administrativa e financeira do estado. Captando recursos junto ao Banco Mundial e ao BID, garantiu a execução de importantes projetos sociais e econômicos para a Bahia, como a despoluição da Baía de Todos os Santos, o programa Corredores Rodoviários e o saneamento dos grandes centros urbanos do interior do estado.

Projeto de José Ignácio deve regulamentar profissão de esteticista

A regulamentação da profissão de esteticista e cosmologista é o que objetiva o projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), assegurando o exercício da atividade aos diplomados, nessas especialidades, por instituição pública ou privada de nível superior. O curso terá duração de quatro

anos, com estrutura curricular e carga horária determinadas pelo órgão competente do Ministério da Educação e Desportos.

Os profissionais que já exercem a atividade terão seis meses, a partir da publicação da lei, para requerer licença conforme os critérios e requisitos estabelecidos em sua regulamentação. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será apreciado em caráter terminativo.

Conforme o projeto, as atribuições profissionais dos esteticistas compreendem "a utilização de processos físicos, químicos e biológicos com a finalidade de aformoseamento e aprimoramento estético dos órgãos tegumentares (relativo à pele) do corpo humano". A proposição determina ainda que a atividade será exercida segundo orientação e supervisão de dermatologista.



José Ignácio: proposta está na CAS

O presidente, segundo o senador, está decidido a enfrentar o problema com todos os instrumentos de que dispõe o governo federal

Leonel elogia iniciativas de FHC contra desemprego

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) elogiou sexta-feira as iniciativas do presidente Fernando Henrique Cardoso para o combate ao desemprego. Ele destacou que as consequências negativas do fenômeno global do desemprego são conhecidas de todos, ressaltando que as estimativas atuais indicam haver no mundo cerca de 1 bilhão de desempregados.

Com a reunião ministerial realizada no último dia 13, lembrou o senador brasileiro, o presidente da República "declarou guerra ao desemprego", aprovando um conjunto de 12 diretrizes básicas. Leonel assinala que o próprio encontro em si "indica claramente que o presidente está firmemente decidido a enfrentar o problema com todos os instrumentos de que dispõe o governo federal para elevar as oportunidades de emprego e para fomentar o desenvolvimento econômico e social, aumentando o apoio à agricultura, à indústria, ao comércio, à infra-estrutura econômica e aos prestadores de serviço, nos diversos ramos da economia".

Segundo o senador, não adianta o governo implementar medidas de crescimento econômico que impliquem o retorno da

inflação. Para ele, as consequências seriam drásticas: "Queda da renda e do investimento e a perda de tudo o que já conquistamos em matéria de respeitabilidade de nossa moeda, inclusive no âmbito internacional".

- Desejamos o desenvolvimento de forma equilibrada, sem retorno da inflação, num processo seguro e adequado, gerando empregos diretos e estáveis de forma permanente, garantindo oportunidades de trabalho para a nossa juventude e assegurando um verdadeiro futuro para o nosso Brasil - observou.

Entre as medidas práticas tomadas pelo governo, o se-



Leonel destacou medidas anunciadas em março

nador do Distrito Federal lembrou a criação do programa Criadimigo, do Banco do Nordeste, que procura financiar pequenos empresários.

Leonel Paiva manifestou particular preocupação com a situação do Distrito Federal, "que apresenta uma das mais altas taxas de desemprego do Brasil". Segundo o parlamentar, o DF necessita de apoio técnico e financeiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para criar novas oportunidades de emprego e propiciar o desenvolvimento e o bem-estar da população.

TV Senado discute mercado de trabalho

A necessidade de criar programas de colocação dos jovens no mercado de trabalho foi destacada pela diretora do Senac/DF (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Maria da Guia Lima Cruz, em entre-

vista à TV Senado.

No programa, que vai ao ar hoje às 7h, 9h30 e 18h45, a diretora do Senac também defendeu a criação de oportunidades de qualificação profissional para os adolescentes.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com a educadora Maria da Guia Lima Cruz - diretora do Senac/DF sobre a qualificação profissional para colocação de jovens no mercado de trabalho

8h - "Cidadania" - debate com a participação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e do padre Virgílio Uchôa sobre a Campanha da Fraternidade-98 da CNBB, que tem como tema a educação

9h30 - Entrevista com a educadora Maria da Guia Lima Cruz - diretora do Senac/DF sobre a qualificação profissional para colocação de jovens no mercado de trabalho

10h - Comissão de Assuntos Sociais - reapresentação da sessão do dia 01/04 com a audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara que regulamenta os planos de saúde

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

18h45 - Entrevista com a educadora Maria da Guia Lima Cruz

- diretora do Senac/DF sobre a qualificação profissional para colocação de jovens no mercado de trabalho

19h30 - "Cidadania" - debate com a participação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e do padre Virgílio Uchôa sobre a Campanha da Fraternidade-98 da CNBB, que tem como tema a educação

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Mulheres em Debate" - com a participação da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e da delegada da Mulher Débora Menezes sobre a violência contra a mulher

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Especiais

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30

Nem mesmo a morte prematura do precursor Chico Science impediu, segundo o senador, o fortalecimento do movimento

Hollanda destaca nova música pernambucana

O novo movimento musical pernambucano, iniciado pelo falecido artista Chico Science e por grupos como Nação Zumbi, Mundo Livre e Mestre Ambrósio, foi destacado sexta-feira pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), assinalando que "embora o precursor, o popular Science, tenha morrido precocemente, a semente que ele ajudou a plantar prospera de maneira exuberante em Pernambuco".

O impacto é tal que extrapolou o cenário musical e se projeta para outros setores, como o cinema, as artes plásticas e até a moda - disse Hollanda, citando o filme *Baile Perfumado* como exemplo da influência da nova música pernambucana no país.

CRIATIVIDADE

Joel de Hollanda observou que essa explosão de criatividade não é novidade, uma



Hollanda disse que movimento atual segue tradição histórica

vez que seu estado sempre contribuiu com bons músicos, desde Capiba e Luiz Gonzaga até Alceu Valença e Geraldo Azevedo, entre outros.

A seu ver, o movimento atual se insere numa tradição histórica, muito fecunda, de renovação da música brasileira como o samba, jazz-bossa

nova e tropicalia. "Os temas dos músicos do movimento Manguê Beat fundem melodias regionais com rock e música eletrônica, baião e hip hop, repente nordestino, embolada e reggae, para operar uma revolução que hoje atinge a Europa e os Estados Unidos", acrescentou.

João Rocha exalta 60 anos do jornal goiano *O Popular*

O jornal *O Popular*, de Goiânia, comemorou na última segunda-feira 60 anos de circulação ininterrupta. "Trata-se de um dos mais notáveis diários do Centro-Oeste brasileiro, com liderança incontestável em todos os municípios de Goiás", afirmou o senador João Rocha (PFL-TO), que registrou a data em plenário.

João Rocha destacou a liderança de Jaime Câmara no comando do jornal. Hoje, o periódico tem uma circulação diária de 60 mil exemplares, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região, disse o senador.

O Popular foi pioneiro na implantação da composição em linotipos, na impressão off-set, na composição a frio e,



Rocha elogiou pioneirismo técnico e independência

agora, está inteiramente informatizado e ligado ao mundo pela Internet - destacou.

Em aparte, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) ressaltou a "solidez, competência e independência" do diário goiano. Leonel informou ter conhecido João Rocha como diretor comercial da empresa J. Câmara & Irmãos e que, por isso, o senador de Tocantins teve parti-

cipação fundamental na construção de *O Popular*.

A Organização Jaime Câmara reúne, além de *O Popular*, os diários *Jornal de Brasília* e *Jornal do Tocantins*. O grupo possui ainda emissoras de televisão em Goiás e no Tocantins, lideradas pela TV Anhangüera, de Goiânia, afiliada da Rede Globo, e estações de rádio em Goiás, Tocantins e Brasília.

Executivo acolheu parecer de Odacir



Governo aceita reduzir taxa de telecomunicação

O governo concorda em reduzir os valores da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), segundo informou o senador Odacir Soares (PTB-RO), relator da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A decisão foi comunicada a Odacir pelo diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, que havia apresentado substitutivo estipulando uma nova tabela de valores para a Fistel.

Senador Odacir Soares acha que taxas muito altas podem inviabilizar diversas empresas do setor

Conforme o senador, Renato Guerreiro disse que o governo acolheu o parecer, ao mesmo tempo em que o Tribunal Regional Federal de São Paulo expediu liminar assegurando aos filiados da Abert o pagamento da taxa conforme os valores pagos em março de 1997. Os valores da tabela, criada pelo senador, serão analisados e poderão ser aceitos ou receber uma contraproposta.

Odacir Soares explicou

que a acolhida da sua proposta se deve também à mudança de posição do Ministério das Comunicações. "O projeto elaborado por assessores do ministro Sérgio Motta está carregado de incoerências", afirmou. O senador apontou como uma das mais graves o fato de os valores cobrados das emissoras de FM e de TV serem bem maiores do que os cobrados dos serviços de Distribuição de Multiponto Multicanal (MMDS) e serviços de TV a cabo.

Outro exemplo apontado por Odacir Soares é que as rádios FM terão de pagar, em determinados níveis, taxas mais caras que as das emissoras de TV. "Tal procedimento não se justifica, já que as emissoras de televisão são mais rentáveis, mais difíceis de fiscalizar e utilizam tecnologias mais elaboradas que as FMs", afirmou o senador.

- Não adianta fortalecermos os cofres da Anatel inviabilizando boa parte das empresas do setor. Esse é o modelo de privatização que queremos adotar no setor? - questionou.